

- REQUERIMENTO** Número / (.^a)
- PERGUNTA** Número / (.^a)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Ex. ma Sr.^a Presidente da Assembleia da República

Os Deputados do Grupo Parlamentar do Partido Socialista receberam recentemente, em audiência, a Associação Portuguesa dos Guardas e Vigilantes da Natureza, tendo os seus representantes trazido ao Parlamento um conjunto de preocupações quanto ao papel dos guardas e vigilantes da natureza e à sua missão principal de agentes das políticas de conservação da natureza.

Tais preocupações não constituem, no entanto, uma novidade para os Deputados signatários. Muitas delas decorrem da situação a que chegaram as entidades públicas, especialmente aquelas com responsabilidade pela gestão das áreas classificadas (seja quanto aos recursos humanos de que dispõem, seja em termos de meios para o cumprimento da sua missão), e resultam, muito claramente, de uma inversão de prioridades da ação governativa e do desaparecimento da conservação da natureza da agenda política do atual Governo.

A situação a que chegou o corpo de guardas e de vigilantes da natureza é gritante, sendo o seu efetivo (121 elementos afetos ao Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P.) o mais baixo de sempre, o que concorre para a urgência de intervenção neste domínio, ou não fossem estes agentes do Estado quem zela pela diversidade biológica do território nacional.

Apesar de, em finais de 2014, o Gabinete do Ministro do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia, afirmar que «(...) o ICNF, I.P., nunca registou qualquer situação de condicionamento do funcionamento das equipas por restrições orçamentais», o investimento tem sido quase nulo. Nos últimos anos, nenhuma aposta foi feita na melhoria de condições para o exercício das suas funções, e assiste-se, quase que impavidamente, à saída de efetivos, seja por aposentação, seja para ingressarem noutra carreira.

Esta questão assume especial importância na medida em que há muito é reclamada pela Associação Portuguesa dos Guardas e Vigilantes da Natureza a alteração da carreira, convertendo-a em carreira especial, e consagrando, por essa via, o vínculo da nomeação.

Sobre esta dimensão, vários Deputados da Comissão de Agricultura e Mar, dirigiram, em fevereiro de 2012, um conjunto de questões à então Ministra da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território (hoje Ministra da Agricultura e do Mar), concretamente sobre o desenho de soluções que permitissem aperfeiçoar a ação dos guardas e vigilantes da natureza no terreno e quanto à criação de uma carreira especial de inspeção, fiscalização, vigilância e monitorização da natureza, tendo aquele Gabinete, na resposta, afirmado estar a «(...) a analisar e avaliar as pretensões expostas, tendo em consideração as disposições legais e condicionamentos impostos à Função Pública, nomeadamente ao nível da contratação».

Mantendo-se o conjunto das preocupações, e a urgência de medidas que permitam ultrapassar os constrangimentos há muito verificados, ao abrigo do disposto na alínea d) do artigo 156.º da Constituição da República Portuguesa, e da alínea d) do n.º 1 do art.º 4.º do Regimento da Assembleia da República, vêm os signatários, através de V.Exa, perguntar ao Senhor Ministro do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia:

1. Tem esse Ministério conhecimento da realidade do corpo de guardas e vigilantes da natureza?
2. Que iniciativas empreendeu esse Ministério no passado recente, visando a melhoria de condições para o exercício das funções dos guardas e vigilantes da natureza afetos ao Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P.?
3. E relativamente àqueles que desempenham funções junto das Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional e da Agência Portuguesa do Ambiente, I.P.?
4. Tem esse Ministério intenção de abrir algum tipo de procedimento concursal, visando reforçar o efetivo de guardas e vigilantes da natureza?
5. Que medidas empreendeu esse Ministério no sentido de promover a criação de uma carreira especial de inspeção, fiscalização, vigilância e monitorização da natureza?
6. Que articulação tem sido feita por esse Ministério junto do Ministério da Agricultura e do Mar?
7. E com os demais Ministérios?

Palácio de São Bento, sexta-feira, 15 de Maio de 2015

Deputado(a)s

MIGUEL FREITAS(PS)

PEDRO FARMHOUSE(PS)

JORGE FÃO(PS)

MOTA ANDRADE(PS)

ACÁCIO PINTO(PS)

ANA PAULA VITORINO(PS)

NUNO ANDRÉ FIGUEIREDO(PS)

ANTÓNIO GAMEIRO(PS)

EURÍDICE PEREIRA(PS)

Deputado(a)s

FERNANDO JESUS(PS)

IDÁLIA SALVADOR SERRÃO(PS)

ISABEL SANTOS(PS)

JOÃO PAULO PEDROSA(PS)

JOÃO PORTUGAL(PS)

JORGE MANUEL GONÇALVES(PS)

JORGE RODRIGUES PEREIRA(PS)

JOSÉ JUNQUEIRO(PS)

LAURENTINO DIAS(PS)

MANUEL MOTA(PS)

MIGUEL COELHO(PS)

PAULO RIBEIRO DE CAMPOS(PS)

RAMOS PRETO(PS)

RENATO SAMPAIO(PS)

ROSA MARIA BASTOS ALBERNAZ(PS)

RUI PEDRO DUARTE(PS)